

**PROCESSO** - A. I. Nº 269511.0017/22-1  
**RECORRENTE** - SUPERMERCADO UNIPREÇO LTDA.  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – Acórdão 1ª CJF nº 0356-11/23-VD  
**ORIGEM** - DAT NORTE / INFAZ VALE DO SÃO FRANCISCO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 16.08.2024

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO CJF Nº 0173-11/24-VD**

**EMENTA:** ICMS. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. INEXISTÊNCIA. Constitui requisito para admissibilidade do Pedido de Reconsideração a Decisão da Câmara que tenha, no julgamento de Recurso de Ofício, reformado no mérito a de primeira instância em processo administrativo fiscal. Inexiste tal reforma e sequer Recurso de Ofício. Inadmissibilidade do Pedido de Reconsideração. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Pedido de Reconsideração, interposto pelo sujeito passivo, nos termos previstos no art. 169, I, “d” do RPAF/99, contra a Decisão da 1ª CJF – Acórdão nº 0356-11/23-VD, que Não Proveu o Recurso Voluntário interposto pelo sujeito passivo contra a Decisão exarada pela 5ª JF, através do Acórdão JF nº 0127-05/23VD, mantendo a Decisão recorrida que julgou Procedente o Auto de Infração, lavrado em 26.12.2022, para reclamar o débito de R\$ 672.538,39, sob a acusação de que o contribuinte recolheu a menor ICMS, em função de divergência entre o valor do imposto recolhido e o informado em documentos e livros fiscais, em declarações econômico-fiscais e/ou arquivos eletrônicos, já que escriturou notas fiscais de saídas (NFCe) com o valor do imposto menor do que o efetivamente debitado nas notas, inerente a diversos meses dos exercícios de 2019 a 2021.

No “Pedido de Reconsideração”, às fls. 128 a 154 dos autos, o recorrente após sinopse processual, inclusive repisando alegações recursais de mérito e transcrevendo na íntegra a aludida Decisão recorrida (Acórdão nº 0356-11/23-VD), requer a reconsideração da Decisão recorrida, pleiteando:

1. Reconhecer a tempestividade recursal do Pedido de Reconsideração;
2. Que as intimações e publicações correspondentes conste obrigatoriamente o seu patrono;
3. Que seja atribuído efeito suspensivo ao Pedido de Reconsideração;
4. Seja reconsiderada a Decisão recorrida para que julgue insubsistente o Auto de Infração ou, assim não ocorrendo, a anulação de todos os atos processuais praticados após a manifestação da autoridade fiscal, com o permissivo de que a empresa possa se manifestar expressamente acerca das considerações e manifestações trazidas pelo fisco;
5. E, em caso de diligência saneadora, seja reaberto o prazo de defesa.

**VOTO**

Inicialmente, da análise da peça recursal verifico que o Recurso de Pedido de Reconsideração, não deve ser conhecido em razão de não preencher o requisito de admissibilidade previsto no art. 169, I, “d” do RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, eis que a Decisão da Câmara não reformou a Decisão de primeira instância em relação a julgamento de Recurso de Ofício e, em consequência, inexistente o requisito de admissibilidade para impetrar o Pedido de Reconsideração, como previsto no referido dispositivo legal, a seguir transcrito:

*Art. 169. Caberão os seguintes recursos, com efeito suspensivo, das decisões em processo administrativo fiscal:*

*I - para as Câmaras de Julgamento do CONSEF:*

[...]

*d) pedido de reconsideração da decisão da Câmara que tenha, em julgamento de recurso de ofício, reformado, no mérito, a de primeira instância em processo administrativo fiscal;*

No presente caso, sequer houve Recurso de Ofício interposto pela JJF, tendo o Acórdão recorrido NÃO PROVIDO o Recurso Voluntário, mantendo incólume a Decisão de Primeira Instância administrativa que julgou Procedente o Auto de Infração, lavrado para exigir o débito nominal de R\$ 672.538,39, sob a acusação de que o contribuinte recolheu a menor ICMS ao escriturar notas fiscais de saídas (NFC-e) com o valor do imposto menor do que o efetivamente debitado nas notas, inerente a diversos meses dos exercícios de 2019 a 2021.

Porém, o sujeito passivo, insatisfeito com a Decisão da CJF, interpôs “Pedido de Reconsideração” para reanálise do seu pleito recursal, o que seria uma terceira instância de julgamento.

Em consequência, apesar da inexistência de qualquer prova documental ou alegação nova ínsita no Pedido de Reconsideração, há de salientar que a ferramenta processual para reexame de alegação através de Pedido de Reconsideração não está adequada, visto não preencher o requisito de admissibilidade previsto no art. 169, I, “d” do RPAF, uma vez que a Decisão da Câmara de Julgamento Fiscal não reformou a Decisão da JJF em julgamento de **Recurso de Ofício**, o qual sequer houve, razão para concluir pelo NÃO CONHECIMENTO do Pedido de Reconsideração.

Do exposto, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Pedido de Reconsideração apresentado.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Pedido de Reconsideração apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 269511.0017/22-1, lavrado contra **SUPERMERCADO UNIPREÇO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 672.538,39**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “b” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de julho de 2024.

RUBENS BEZERRA SOARES - PRESIDENTE

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – RELATOR

EVANDRO KAPPES - REPR. DA PGE/PROFIS